

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM REGISTRO E INFORMAÇÕES EM SAÚDE

Jéssica Reis de Paula

MOVIMENTO ESTUDANTIL:
sua história e suas perspectivas

Rio de Janeiro
2007

Jéssica Reis de Paula

**MOVIMENTO ESTUDANTIL:
sua história e suas perspectivas**

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, como requisito parcial para conclusão do curso de nível técnico de registro e informações em saúde.

Orientador: Marco Antonio Carvalho Santos

Co-orientador: José Roberto Franco Reis

Rio de Janeiro
2007

AGRADECIMENTOS

Reservo esse espaço àqueles que com certeza foram indispensáveis à conclusão desse trabalho. Aos meus orientadores agradeço o cuidado e paciência que precisaram para me ensinar sobre a essência da pesquisa e sobre o tema propriamente dito.

Ao meu pai e ao Leomir agradeço por terem lido e relido, a todo momento, meus longos e confusos períodos.

À minha mãe por cumprir com todas as minhas outras obrigações para que eu tivesse tempo para me dedicar a esse trabalho.

Finalmente, às minhas amigas Maiana e Mariana (musquita) por fazerem acreditar, por meio de suas experiências próprias, que era possível terminar tal monografia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 TEMPOS CONTURBADOS	7
2.1 O CONTEXTO MUNDIAL.....	7
2.2 GUERRA FRIA.....	7
2.3 CULTURA JOVEM.....	8
2.4 BRASIL: ESPELHANDO O MUNDO.....	10
2.5 CULTURA JOVEM NO BRASIL.....	14
3 MOVIMENTO ESTUDANTIL: A SUA HISTÓRIA	17
4 MOVIMENTO ESTUDANTIL: SUAS PERSPECTIVAS	25
5 CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os alunos das escolas públicas, de uma forma geral, tiveram que conviver com longos períodos de greves, ocasionados por descontentamento dos professores e auxiliares de ensino. Essa realidade envolveu, com maior ou menor intensidade, esses estudantes nos movimentos reivindicatórios daquelas categorias profissionais. Além disso, esses alunos participaram em causa própria de movimentos pelo passe livre e pela meia-entrada em eventos culturais. Eu também sofri tais influências, que mais tarde vieram contribuir para a construção do objeto de estudo.

A proposta do trabalho partiu de uma exigência da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) para conclusão do curso de ensino médio integrado ao ensino técnico. O tema não estava restrito a um dado assunto, o que permitiu a minha escolha pelo movimento estudantil. Essa escolha teve como principal motivação meu contato com algumas passeatas e organizações estudantis, da época em que integrava o grêmio estudantil da EPSJV, quando pude verificar objetivamente as dificuldades de mobilizar os estudantes.

Com o assunto em mãos precisava de um recorte e orientador. Busquei meu professor de História José Roberto Franco Reis, que mesmo não podendo me orientar, ajudou no recorte sugerindo uma comparação dos movimentos estudantis de diferentes épocas. Resolvi, então, usar o período da ditadura militar, que tem nos anos de 1964 a 1968 grandes mobilizações estudantis, para comparar com o atual.

A visão inicial sobre o movimento estudantil de 64-68 em comparação com o de hoje levantou a questão que orientou esse trabalho: por que em um período de fechamento político o movimento estudantil se encontrou tão mobilizado e agora diante de uma democracia esse recuou?

Assim, para atender a questão acima foram utilizadas gravações com dois diferentes universitários do atual período e uma revisão bibliográfica, tendo no livro “Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968” a principal referência desse estudo.

A primeira parte desse trabalho vai situar o movimento estudantil nos contextos históricos nacional e mundial. Já a segunda parte vai investigar o movimento estudantil baseado, principalmente, na obra: “Movimento Estudantil e a Ditadura Militar 1964-1968” de João Roberto Martins Filho.¹ Nesse momento do trabalho, então, investigaremos os mitos que

¹ O referido autor, nascido em São Paulo no ano de 1953, se formou em 1976, em Ciências Sociais pela Unicamp, onde também concluiu seu Mestrado em Ciência Política, dez anos depois. No ano seguinte a defesa de sua tese, que deu origem a essa obra, foi publicada sua primeira edição. Professor de História desde 1975,

permeiam a imagem dos estudantes, questionando idéias como: “os estudantes estão sempre lutando ao lado do seu povo”; os jovens estudantes eram revolucionários diferentemente dos de hoje. Nessa segunda parte também estudaremos as tendências que nortearam, na história da UNE, o predomínio de correntes de direita ou esquerda na direção da entidade, tendo na análise central a relação entre classe média e movimento estudantil.

No terceiro momento da monografia utilizarei as gravações com atuais alunos para entender como esses se organizam, se expressam, participam e o que acham e esperam do atual movimento estudantil, que apresenta um recuo ou uma nova forma de mobilização desses estudantes, diferente da época da ditadura.

Martins Filho também trabalhou como tradutor de inglês e italiano. Na época da publicação estava como professor de política e Sociologia da PUC de Campinas. Doutor em Ciências sociais, em 1993, também pela Unicamp, o autor se dedica, principalmente, aos temas: forças armadas, ditadura militar, exército brasileiro, governos militares e golpe de 1964.

2 TEMPOS CONTURBADOS

2.1 O CONTEXTO MUNDIAL

Para poder melhor compreender os movimentos sociais e dentro desses o movimento estudantil, é preciso primeiramente passar pelos contextos nacional e mundial. Os principais aspectos a serem estudados nesse momento serão o período da Guerra Fria e o surgimento de uma cultura jovem que marcou a juventude dos anos 1960.

A Guerra Fria traz a polarização do mundo em torno de dois sistemas econômicos, o socialismo e o capitalismo, e de duas potências a URSS e o EUA. Os desdobramentos desse conflito afetaram o mundo todo, mesmo que de diferentes formas. O Brasil, por exemplo, conhecerá nesse período uma ditadura militar.

2.2 GUERRA FRIA

O encerramento da Primeira Guerra Mundial foi acompanhado pelo Tratado de Versalhes que com suas disposições humilhantes, tais como pagamento de indenização às nações vitoriosas, concessão de território e desmilitarização, feria a auto-estima das nações derrotadas nessa guerra, dentre as quais se destaca a Alemanha. Essa situação contribuiu para o fortalecimento de correntes nacionalistas. Assim, os movimentos fascista na Itália, com Mussolini, nazista na Alemanha, com Hitler, e a ditadura de Franco na Espanha apareceram. Todos de caráter conservador. Ainda no final da primeira grande guerra, há, no ex-império russo, a consolidação do sistema socialista pela Revolução Russa de 1917. Dessa forma, o embate ideológico que vai sustentar a Guerra Fria nasce antes mesmo de estourar a Segunda Guerra Mundial.

Terminada a segunda grande guerra vemos um mundo polarizado, de um lado o sistema capitalista tendo como seu maior representante o EUA e de outro o socialismo representado pela URSS. A Guerra Fria trouxe no equilíbrio de forças dessas potências a ameaça de destruição mundial, já que um primeiro disparo do lado soviético ou americano possivelmente iniciaria uma série de lançamentos de mísseis e bombas ao inimigo, representado pela potência oposta e suas respectivas áreas de influência. Outro importante aspecto é a conformação do mundo em áreas de influência. Com isso há na Europa linhas de demarcação, determinadas por acordos, que dividiam o continente entre as duas superpotências. Na África, nações se aproveitaram do apoio das potências para se armarem e

lutarem umas contra outras; na China, na Coréia do Norte, em Cuba o surgimento do socialismo e na maior parte da América Latina a implantação de ditaduras militares de direita.

Tais ditaduras apresentam na economia um forte alinhamento ao capital externo, o qual encontra no Brasil um espaço para obter vantagens comerciais através da exportação de suas empresas de bens de consumo e introduzir a cultura de massa, cuja intenção era neutralizar uma possível ameaça socialista. No entanto, esse modelo agraciava a população com brusca redução de investimentos na área social. O crescimento em número e em importância dos estudantes como agentes sociais atribui maior força ao movimento estudantil que diante de uma ditadura “envergonhada” vai às ruas protestar contra o sistema vigente, provocando um aumento da repressão aos estudantes, que por sua vez ficarão ainda mais indignados com o governo prosseguindo com suas manifestações, e assim num ciclo.

Depois de apresentar alguns desdobramentos da polarização política produzida pela Guerra Fria, abordaremos um outro aspecto importante para análise do movimento estudantil: o surgimento, na metade do século XX, de uma “cultura jovem”.

2.3 CULTURA JOVEM

A juventude, nesse período conturbado, passara a ser vista não apenas como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como um grupo social singularmente expressivo, não podendo, portanto, ser confundido com os estágios anterior, a infância, nem posterior, a maturidade. A segunda novidade da cultura juvenil, e o que talvez tenha contribuído tanto para seu reconhecimento e valorização, foi que ela se tornou dominante nas “economias de mercado desenvolvidas”, em parte por que representava uma massa concentrada de poder de compra, em parte porque cada nova geração de adultos fora socializada como integrante de uma cultura juvenil auto-consciente, e ainda por que a mudança tecnológica dava vantagem a essa juventude. A terceira peculiaridade da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu internacionalismo, facilitado pela globalização e pela intimidade desses jovens com as inovações tecnológicas da área da comunicação. Esse último fator contribuiu também para uma padronização, onde estava refletida a esmagadora hegemonia cultural dos EUA na cultura popular e nos estilos de vida.

Além de ganhar forte reconhecimento os jovens, por meio dos movimentos estudantis, se constituíam como um agente social cada vez mais importante. A cultura jovem, ao somar-se à expansão da educação e a contextos sociais complicados, como as ditaduras, vai revelar um movimento estudantil cada vez mais presente nas ruas. Entretanto, é preciso

primeiramente analisar aqui como se deu essa expansão da educação e como foi a influência dos contextos sociais e dessa cultura jovem global.

Nesse “novo mundo” o crescimento de ocupações que exigiam educação de nível secundário e superior atingia escala mundial, o que justificava a necessidade de expandir a educação, e, por conseqüência, a infra-estrutura que essa e o maior contingente de alunos na cidade demandam. As cidades, então, se espalham pelo globo como uma epidemia, e, na segunda metade do século XX o mundo se vê urbanizado como nunca. A alfabetização, essencial e básico instrumento formador, por causa do crescimento de cargos que necessitavam de maior escolaridade, teve progresso sensacional. Com isso a demanda de vagas na educação superior e secundária multiplicou-se, os estudantes estão pelo mundo inteiro aos milhões.

Assim, os estudantes conquistaram uma força social e política de grande importância, como jamais havia se visto até os anos 60: “Como revelou a década de 1960, [estudantes] eram não apenas radicais e explosivos, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional de descontentamento político.” (Hobsbawn, Era dos Extremos, 2002, p. 292)

Com transnacionais trazendo e levando idéias e experiências, o fenômeno de diversificação aparente começa a nascer sob a intimidade dos jovens estudantes com a tecnologia das comunicações. A diversificação aparente camufla uma padronização cultural.

O crescimento da importância do estudante como agente social independente é acompanhado pelo crescimento do número desses, o que contribuiu para o fortalecimento do movimento estudantil e de sua categoria. Agora partiremos para análise desse movimento e de sua categoria diante de um quadro social marcado por insatisfações e mobilizações sociais.

O movimento estudantil tem uma característica particular: A fácil explosão. Por isso funcionava como detonador para movimentos de grande importância e mobilização, só que menos inflamáveis, a exemplo do grupo de operários que juntamente aos estudantes provocou enormes ondas de greves operárias na França e Itália em 1968. Na década de 1980, em países não democráticos como China, Coreia do Sul e Tchecoslováquia o movimento estudantil revelou seu potencial de detonar revolução. Apesar de não chegarem à revolução, os estudantes continuaram tentando, mas onde causavam impacto político eram eliminados pelas autoridades, a exemplo das torturas nas guerras sujas da América Latina, ou enfraquecido pelo suborno, a exemplo das negociações na Itália.(Hobsbawn, 2002, p.293)

A expansão da educação pública facilita de certa forma o acesso das massas e, principalmente, das camadas médias ao ensino superior. O contato entre diversas classes

sociais, que a universidade promoveu, reduziu a distância “imposta”. Entretanto, essa mesma universidade permitiu àqueles que vinham de classes sociais desprivilegiadas ver mais de perto as limitações que essa impunha aos jovens adultos, criando assim um ressentimento contra um tipo de autoridade: a universidade.

Tal ressentimento já existente era ampliado facilmente contra outra autoridade, o Estado, que por mostrar em seus representantes uma tendência liberal, acabava por inclinar os alunos para uma alternativa àquele Estado, no caso a opção pelo ideal socialista. Percebe-se aqui uma das características do movimento estudantil pós 50: a tendência para esquerda, que foi influenciada pelo contexto da época.

2.4 BRASIL: ESPELHANDO O MUNDO

Reflexos da Guerra Fria: A radicalização presente tanto na política mundial quanto na nacional contribuiu para o endurecimento do governo Vargas, que vai em 1937 se transformar numa ditadura. Entretanto, para que o novo golpe se concretizasse era preciso fabricar pretextos. Assim, o capitão Olímpio Mourão Filho, que mais tarde vai contribuir para o golpe de 64, cria o “Plano Cohen”, documento que seria uma cópia do “plano comunista para a subversão da ordem no Brasil”, que divulgado na Hora do Brasil desperta na população o “medo vermelho”.

O ano de 1937 marca também a criação da UNE, órgão máximo de representação estudantil, que vai mostrar seus estudantes engajados já em 1940, período de Segunda Guerra Mundial e de Estado Novo, quando iniciam a campanha contra o nazi-fascismo e a ditadura de Vargas. No ano seguinte, o movimento se intensifica e passa a exigir o rompimento diplomático do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e, em 1942, a UNE se torna oficial. Apesar de se apresentar com oposição à ditadura de Vargas, a instituição não sofreu repressão.

A democracia volta com o Marechal Dutra, candidato do Partido Social Democrata (PSD) e apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Vargas. Esse governo inicia a repressão ao Partido Comunista, o que pode ser explicado tanto pelo seu caráter conservador, quanto pelas influências da Guerra Fria, que trazia, para os conservadores, o chamado “medo vermelho”.

A UNE vive os dois primeiros anos de governo Dutra sob direção de direita. Assim, o IX congresso da UNE leva, em julho de 1946, o udenista José Bonifácio Coutinho Nogueira para a presidência da instituição. As campanhas contra a carestia e o câmbio negro são

destaques da movimentação estudantil liderada pela UNE contra o governo Dutra, o que pode representar a oposição da UDN ao governo vigente. Já nos anos finais do mandato do marechal, a UNE entra em sua fase socialista influenciada pelo PCB, revelando uma oposição diferente entre estudantes e o governo, que era repressor em relação aos comunistas, para com a corrente mais forte na UNE nesse período, a União da Juventude Comunista, que chegou a ser considerada, em 1947, ilegal pelo governo.

O Brasil segue com Vargas e depois com Juscelino Kubistchek, sendo que ambos os períodos se caracterizaram por um clima de golpe de estado iminente, mas a crise vai se intensificar só no período pós-JK, quando a Guerra Fria se torna mais evidente. O presidente Jânio Quadros assume, nesse contexto, a chamada política externa independente, que permitia ao Brasil o comércio e uma relação amigável com os países socialista simultaneamente a sua aproximação comercial permanente com os EUA e com os países da Europa Ocidental. A renúncia prematura de Jânio, reconhecida hoje como uma tentativa de golpe, intensificou a preocupação dos setores conservadores com os “vermelhos”, já que a sucessão natural levaria à presidência João Goulart, que estava sendo visto por esses como comunista travestido de democrata. Assim, enquanto Jango estava em uma visita oficial na China Comunista, a oposição articulava o golpe que impediria sua posse legal. Entretanto, esse não fora bem sucedido. Liderado pelo governador gaúcho Leonel Brizola e com ampla participação do movimento estudantil, o povo vai com a Campanha da Legalidade defender a posse de João Goulart. Em 1961, Jango assume, porém encara um governo conturbado.

Esse era constantemente fustigado pela esquerda, que clamava por reformas imediatas, e pela direita, que esperneava frente alguns possíveis avanços sociais. A solução foi entregar a presidência a Jango, restringindo seus poderes pelo parlamentarismo. A polarização que, assim, se produziu colocaria de um lado Leonel Brizola, Miguel Arraes e Francisco Julião do outro Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, UDN, alguns militares e os generais Olímpio Mourão Filho e Costa e Silva. Se os trabalhadores tinham no CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) uma representação, os empresários também tinham-na, só que no IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e no Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática); já que os estudantes da esquerda se organizavam na UNE (União Nacional dos Estudantes), os seus adversários formavam a MAC (Movimento Anticomunista); havia as “revolucionárias” ligas camponesas, em contrapartida havia também o ultra-conservador Ibad; se a esquerda cristã tinha sua representação na Ação Popular as mulheres católicas formavam a UCF (União Cívica Feminina), que mais tarde organizará a Marcha da Família pela democracia.

O reflexo dessa contraposição em pleno governo Goulart revela uma injustiça histórica vivida hoje². Em 1963, Jango recupera seus poderes presidenciais depois do plebiscito, que deu votos de maioria a favor do presidencialismo. Em março de 1964, anuncia, em um grande comício na Central do Brasil, medidas como a Lei de Remessa de Lucros e o congelamento de alugueis, o que contribuiu para um aumento da tensão política. A isso, somou-se um declínio econômico com queda de investimentos e aumento da inflação, que chegara a 75%. A resposta dos conservadores paulistas veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, mas a guinada para esquerda continuava, Jango insistia em mudanças sociais, como a reforma agrária e a concessão do voto aos analfabetos, sendo apoiado por parte da sociedade e também pelo movimento estudantil.

O clima era de golpe, mas não se sabia se esse manteria ou deporiam Jango. Leonel Brizola, militante de esquerda, há tempo repetia: “se não dermos o golpe, eles o darão contra nós”. Da mesma forma, Castello Branco, respeitado colunista político, escrevera: “A impressão das correntes oposicionista (...) é a de que, se não ocorrer um milagre, nos próximos dias, se não nas próximas horas, o Sr. João Goulart, ainda que não o queira cobrirá os objetivos que lhe são atribuídos de implantar no país um novo tipo de República.”(Elio Gaspari, 2002).

Jango intensifica essa crise quando sinaliza a quebra da hierarquia militar ao defender a elegibilidade dos “pracinhas” no Comício do Automóvel Clube. O golpe há muito planejado, não tardaria. No mesmo mês os militares destituíram Jango com apoio de parte da sociedade civil, principalmente, a elite e as camadas médias; do Congresso e dos EUA. O golpe implantaria um governo supostamente provisório. Esse teria, hipoteticamente, o único objetivo de afastar o perigo comunista mantendo a ordem e a segurança, tal discurso conquistou a aprovação de parte da sociedade civil.

Começa, então, o período de contraste ao anterior, em que política e a economia se guiavam pelo binômio “segurança e desenvolvimento” em vez de “reformas de base”, no lugar da “republica sindicalista”, a concentração de renda, o arrocho salarial e o alinhamento submisso ao grande capital internacional (representado pelo EUA). Em 27 de outubro de 1965, com o Ato Institucional n 2, acaba a ilusão de que a constituição e as eleições se

²Diferentemente de JK e Getúlio Vargas, João Goulart não tem sua memória revitalizada em séries ou filmes. Entretanto, o único brasileiro a morrer no exílio vai ter uma chance de mostrar que não é personagem menor no livro “João Goulart, entre a memória e a história” de Marieta de Moraes Ferreira.

manteriam normais. Entretanto, a ditadura ainda se manteve, como bem tituló Elio Gaspari, envergonhada.

Em primeiro de abril de 1964, Goulart foi deposto. O novo regime seria sustentado por atos institucionais (AI's), sendo o primeiro baixado, no dia nove de abril de 1964, pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O AI-1 tinha por objetivo limitar o campo de ação do Congresso e reforçar o Poder Executivo. Esse também estabeleceu a eleição de um novo presidente por votação indireta do Congresso Nacional. A 15 de abril desse ano foi eleito presidente o general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Com o regime militar o poder político ficou centralizado no Executivo. O presidente da República podia, então, enviar projetos de lei que deveriam ser apreciados em no máximo trinta dias. Se não fossem aprovados nesse prazo eram automaticamente aprovados “por decurso de prazo”. Era prerrogativa do Executivo legislar sobre gastos públicos. O AI-1 autorizava o Comando Supremo da Revolução a cassar mandatos, suspender direitos políticos, vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos. Esse Ato Institucional criou também os Inquéritos Policial-Militares (IPM's), que investigavam pessoas responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária”. Entretanto, o regime não estava completamente fechado, pois a imprensa se mantinha relativamente livre e o recurso de *habeas corpus* podia ser utilizado nos tribunais. Em junho de 1964, o regime militar criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), cujo primeiro chefe foi o general Golbery do Couto e Silva, que tinha como principal objetivo “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.

O grupo castelista tinha o objetivo de instituir uma “democracia restringida” depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1. Uma das concessões dessa democracia foi a aprovação da lei de greve pelo Congresso em junho de 1964. Em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em onze estados, nos quais incluíam-se estados de maior expressão, como o da Guanabara e Minas Gerais, que elegeram candidatos da oposição. Esse resultado alarmou os grupos de linha dura, que consideravam o governo era complacente com seus inimigos.

Sob pressão desses setores Castelo Branco baixou o AI-2, em outubro de 1965, extinguindo o pluripartidarismo e formando o bipartidarismo, constituído pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e pelo Movimento Democrático Brasileiro(MDB).

Em outubro de 1966, é eleito o marechal Arthur da Costa e Silva, que assume em março do ano seguinte. O ano de 1967 marca a aprovação da nova Constituição, que ampliava os poderes do presidente da República em relação a assuntos de Segurança Nacional.

Costa e Silva foi ministro da Guerra de Castelo Branco, mas era uma figura estranha ao grupo linha dura. O novo presidente não tinha as qualidades intelectuais do seu antecessor, mas concentrava as esperanças da linha dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas descontentes com a política castelista. Apesar de ser chamado de linha dura, Costa e Silva iniciou uma política de liberalização restrita, estabelecendo pontes com a oposição e incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças confiáveis. Com a menor repressão por parte do governo diante de alguns setores da sociedade, houve um aumento de rearticulação das oposições e de mobilização estudantil, por exemplo. O ponto alto dessas mobilizações foi a passeata dos cem mil em junho de 1968, que veio acompanhada de duas greves operárias agressivas – as de Contagem e Osasco. A luta armada inicia suas primeiras ações no mesmo ano e a linha dura começa a pensar em novos instrumentos para reprimir os subversivos. Sem um motivo justificável, aproveitam o discurso do deputado Márcio Moreira Alves considerado ofensivo às Forças Armadas para pressionar Costa e Silva a baixar o AI-5, que fechou o Congresso por tempo indeterminado. A partir desse momento o poder centralizou-se no núcleo militar da comunidade de informações, iniciando a “ditadura escancarada”.

2.5 CULTURA JOVEM NO BRASIL

Antes de apresentar as manifestações da cultura jovem no Brasil estudaremos alguns aspectos das mobilizações políticas e culturais dos anos sessenta utilizando como referência a obra “Em busca do povo brasileiro” de Marcelo Ridenti. Os movimentos sociais desse período apresentaram diferentes versões de “romantismo”. Esse, no entanto, não deverá ser interpretado de forma pejorativa como sendo resultado de ingenuidade ou falta de realismo. Trata-se de uma visão social de mundo.

O romantismo das esquerdas, principais correntes dos movimentos sociais da época, não era uma simples e melancólica volta ao passado, mas também modernizador, buscando elementos no passado para a construção de um ideal de futuro. Assim, não era um romantismo anti-capitalista prisioneiro do passado, origem de uma utopia irrealizável na prática, mas um revolucionário.

Esse visaria “instaurar um futuro novo, no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte e encantamento com a vida”.(Löwy e Sayre apud Ridenti, 2000)

Por que esse tipo de romantismo teria conquistado as esquerdas? Segundo Löwy e Sayre, as formas utópico-revolucionárias do romantismo encontram sua audiência, preferencialmente, entre as camadas não-dominantes da sociedade, que representam a maioria dos militantes de esquerda. Outro importante aspecto desse romantismo é a sua valorização da ação, vivência revolucionária, por vezes em detrimento da teoria, que estará bastante presente em muitas reações políticas e culturais da época da ditadura.

Outro aspecto apresentado por Ridenti é o clima de liberalização nos costumes ligado, principalmente à classe média, que assim, contribuiu para a agitação cultural e política dos anos sessenta:

“(...) a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicos da juventude de esquerda na época, são características que também remetem à tradição romântica.” (Ridenti, 2000, p.48)

Essas características da atmosfera cultural e política brasileira dessa época podem ajudar a entender melhor as manifestações da cultura jovem no Brasil e do próprio movimento estudantil.

No país, as manifestações dos jovens acompanharam algumas tendências mundiais. O jeans, tecido, antes, usado por trabalhadores rurais e mineradores, tornou-se marca do jovem na maior parte do mundo, inclusive no Brasil. Em 1964, a estilista francesa Mary Quant lança a moda da mini-saia, que veio acompanhada da colante meia calça, que mesmo não tão adaptada ao nosso clima tropical ameaça o reinado da cinta-liga, inconveniente para as adoradas saias curtas. Nessa mesma época surge na moda feminina o biquíni, que assim como as minissaias representava a libertação das moças.

Na música presenciamos o nascimento da Bossa-Nova, ritmo essencialmente nacional, tendo em Nara Leão, Tom Jobim, Chico Buarque, Vinicius de Moraes, Edu Lobo, MPB-4, Quarteto em Cy, Os Cariocas, seus grandes representantes. Para completar as agitadas festas e os doces romances chega ao país o representante internacional do jovem na música: o rock. Elvis Presley é um dos primeiros a cantar o novo ritmo, conquistando, principalmente, as moças.

Nos anos sessenta quem ganhou o coração delas e a liderança nas paradas de sucesso foi o grupo The Beatles. Nesse período surgem também os Rolling Stones, The Who, Jimmy Hendrix e Janis Joplin. Entretanto, o rock não se manteve apenas com ídolos internacionais, tendo na Jovem Guarda seu representante nacional. Erasmo Carlos, Golden Boys, Roberto

Carlos, Renato e seus Blue Caps, The Fevers, Wanderléia compunham a chamada Jovem Guarda. Além disso, havia os Festivais da Música Popular Brasileira, evento que contava com um público de maioria jovem, tendo no período da ditadura especial atenção por divulgar as insatisfações diante do regime de forma implícita pelas canções ali apresentadas.

Na televisão havia apenas os programas de auditório, que traziam os artistas da Bossa Nova, pelo “O Fino da Bossa” e da Jovem Guarda.

Com os exemplos da moda, principalmente, a feminina foi possível identificar o espírito de liberalização de costumes presente na atmosfera cultura dos anos sessenta. A Bossa Nova trouxe nas letras características que nos remete à tradição romântica como o desejo de renovação e a ânsia de viver o momento, muito presentes também na postura dos artistas representantes desse ritmo. Vinícius de Moraes, Tom Jobim e outros revelaram em seu cotidiano outras características desse romantismo como a fruição da vida boêmia.

3 MOVIMENTO ESTUDANTIL: A SUA HISTÓRIA

O estudo sobre o movimento estudantil partiu do meu desejo de entender os jovens, sobretudo os estudantes, no que diz respeito a sua atitude revolucionária. Primeiramente é preciso reavaliar a idéia de que só havia jovens revolucionários nos anos difíceis da ditadura, o que envolve, na verdade, o meu sonho de encontrar na juventude de hoje potencial revolucionário, que significa, implicitamente, a esperança de uma sociedade mais engajada, capaz, portanto, de lutar por um mundo melhor, que todos nós buscamos conhecer. Então, por que movimento estudantil?

Os jovens possuem no movimento estudantil um meio pelo qual podem expressar suas reivindicações, as quais perpassam, muitas vezes, pelas questões do cotidiano estudantil, tais como: cotas, passe livre e Reforma Universitária. Essa última era a principal reivindicação presente nos protestos estudantis nos anos sessenta, o que contribuiu para significativa participação dos estudantes na luta contra a ditadura nos seus primeiros quatro anos, que será, dentro dos longos vinte anos de ditadura, o período foco do meu trabalho. Assim, pretendo nesse momento apresentar um pouco da trajetória da UNE e dos estudantes a partir dos anos 1930 até o período da ditadura a ser estudado, debatendo a relação entre classe média e movimento estudantil.

No período populista iniciado por Vargas houve uma expansão de vagas e a possibilidade de ampliação do ingresso das classes médias no ensino superior. Esse segmento será estudado por que constituía a maioria dos alunos que queriam entrar nas universidades e daqueles que já eram parte do corpo discente das faculdades, estando por isso mais próxima das reivindicações estudantis. Contudo, não se pode considerar aqui a classe média como sendo coesa e uniforme. Assim, é preciso acompanhar as tendências do movimento estudantil e as mudanças ocorridas na classe média ao longo da história.

Primeiramente entenderemos as orientações e aspirações das camadas médias. Segundo Saes, a alta classe média se apresenta nesse período contra a política de desenvolvimento populista, que se apóia no recurso de intervenção do Estado, e de democratização das oportunidades. Desenvolvendo, assim, como orientação, um liberalismo elitista. Na minha opinião, as palavras de Décio Saes apud Martins Filho (1987) sintetizam bem o que quero dizer: “a sua (da classe média alta) luta é (...) conservar a política como prestígio social”. Enquanto a baixa classe média desenvolveu uma orientação estatista, que apoiava a industrialização e via no Estado um agente do progresso da Nação.

Na área educacional essa diferença não deixa de ser presente, na ótica liberal elitista o acesso ficava na dependência de rigorosos exames de admissão, precedidos da frequência e aprovação nos chamados colégios universitários, aos quais, apenas, uma pequena parte privilegiada da população teria acesso, o que revela o interesse de manter a educação como um fator de exclusão. As camadas mais baixas já apontam para outra direção, desejando o aumento de vagas nas universidades, que representa para esse grupo uma forma de inserção social e uma ampliação das oportunidades de ascensão profissional.

Apesar de se ter no imaginário da população um estudante comprometido com os interesses do povo, não é isso que podemos perceber no movimento estudantil até a década de cinquenta, o que não suprime a possibilidade de existência de outras correntes nesse período. O caráter liberal desses estudantes se revelou, por exemplo, nas suas participações na Revolução de 1932 e nos ataques a organizações tenentistas (Martins Filho, 1987, p.39). De 1950 a 1956, esse caráter pôde ser mais facilmente identificado pela própria direção da UNE, que elegeu nesse período o udenista José Bonifácio.

A mudança na orientação dos estudantes encontra duas hipóteses relacionadas às correntes nacionalistas. Uma se baseia na influência da UDN, que passou, em 1952-53, por um peculiar processo de aproximação com perspectivas nacionalistas, na liderança estudantil da época, identificado com um projeto de criação de um monopólio estatal do petróleo. Já a outra hipótese aponta a possibilidade de correntes nacionalistas terem ganhado espaço na UNE por darem respostas mais concretas às insatisfações do meio universitário, tais como má qualidade de ensino, obsolescência pedagógica, altas taxas nas escolas particulares e necessidade de mais vagas.

A crise no final dos anos 50 traz às ruas o tema “reformas de base”, que será também uma causa pela qual a UNE irá lutar, até por que a Ação Popular e a antiga Juventude Católica acreditavam na seguinte tese: “a luta pela Reforma Universitária se trava mais fora da universidade que dentro da mesma”. Essa, porém, não era hegemônica dentro da UNE, que vivia desde a greve de 1962, além de um relativo refluxo, uma divisão em duas grandes posições: PCB, que defendia a concentração nas lutas mais específicas do meio estudantil e Ação Popular, que defendia o oposto, como já vimos. Apesar da divergência entre os pontos de vista a UNE seguiu o da Ação Popular, abrindo mão, em parte, das lutas pela Reforma Universitária, engajando-se integralmente nas lutas da frente antiimperialista e popular. Além de apoiar ativamente a campanha pelo retorno do presidencialismo e concentrar suas forças na pressão pelas “Reformas Já”.

Para Martins Filho, o abandono da Reforma Universitária pela UNE, o fracasso da greve de 1962³ e o descaso da “Vanguarda” pelo próprio meio estudantil levaram a um afastamento da categoria estudantil de sua direção política nacional. Tais fatores teriam permitido uma aproximação de setores das bases estudantis com as posições de suas camadas de origem, basicamente com o já mencionado “autoritarismo de crise” da alta classe média. Assim, por exemplo, segundo um ex-líder estudantil filiado ao PCB a diretoria eleita antes de 1964, na UME do Rio de Janeiro: “era uma chapa que expressava o deslocamento das classes médias para uma posição que viria ser, em geral, de apoio ao golpe de 1964”. Entretanto não se pode afirmar de forma alguma que houve apoio ativo do meio estudantil ao golpe militar.

O recuo da massa estudantil foi registrado nos próprios documentos das entidades, como veremos num da UEE-SP, que se referia aos meses do imediato pós-golpe: “Na faculdade de Filosofia de São Paulo, quinhentos universitários continuaram organizados clandestinamente durante alguns meses. Mas, isolados da massa, descobriram que falavam num deserto”. É também esclarecedor o relato de Jean Marc Von der Weid a respeito das condições do movimento estudantil no Rio de Janeiro.

“Não fui o único estudante a apoiar ingênuo e unicamente o governador Carlos Lacerda e o golpe contra o que pensávamos ser numa ameaça às liberdades. Em dois anos, verificamos — eu e minha classe média — que a democracia já era e que havíamos apoiado a implantação da ditadura” (Jean Marc Von der Weid apud José Martins Filho).

Já os estudantes mais afins das correntes de esquerda acabaram sendo alvo de atenção e intervenção militar. Não por acaso, no mesmo dia do golpe as escolas mais politizadas, como a Faculdade Nacional de Filosofia, foram atacadas a tiros de metralhadora.

Dessa forma, a maior parte dos documentos de entidades estudantis, a exemplo da UNE, foi destruída ou confiscada pelas forças armadas. Vasculhar essas entidades não limitou tal processo, as universidades e o movimento estudantil mergulharam num mar de acusações e conseqüentes repressões.

O objetivo de impedir o ativismo social e o fortalecimento do movimento popular, onde a política populista tinha maior respaldo, se consolida com a extinção da UNE e das UEEs (União Estadual Estudantis) e a substituição por representações intimamente subordinadas ao Estado. Por esse essas instituições estudantis se mantiveram clandestinas.

É importante ressaltar que o objetivo de controlar e fiscalizar a UNE não era recente. A elite tendo seus interesses ameaçados pelas medidas populistas e agitações populares, que

³ A greve de 1962 foi decretada em fins de maio pela UNE, paralisando 40 universidades brasileiras que, na época, contavam com mais de 100 mil estudantes. A reivindicação de tal mobilização era pela participação estudantil de um terço nos órgãos diretivos das universidades.

também traziam consigo “o perigo vermelho”, já tinha projetos que visavam a “depuração” da UNE, mas não sua extinção. Porém, uma vez vitorioso o movimento militar e vencida a etapa inicial de desarticulação da mobilização estudantil da fase populista, a política ditatorial para o meio universitário define-se, com rapidez, não mais pela “depuração” e sim pela extinção pura e simples da UNE. Tal objetivo não descartava, como vimos, perseguições e violência. Então, como as atividades estudantis foram retomadas com tanta força nesse momento?

Os primeiros acenos de resistência às iniciativas do governo militar partiram de organizações com signo liberal elitista, sendo por isso menos visadas e, conseqüentemente, menos perseguidas. A autonomia organizativa frente ao Estado, ainda “envergonhado” de ser ditador, impediu o desmantelamento do movimento no mesmo nível que havia acontecido com os sindicatos operários, tendo a partir daí a possibilidade de recuperação das tendências estudantis de esquerda e a retomada das entidades por essas correntes, mesmo que numa situação de semi-clandestinidade.

Por que organizações de signo liberal elitista, que antes apoiavam o golpe, apresentaram resistência ao regime? A alta classe média apoiava o golpe por que esse representava um meio eficaz de afastar a ameaça vermelha e reprimir as agitações populares, mas passada a fase de “cala a boca”, ou seja, com o objetivo consolidado essa classe retomaria suas aspirações por um regime democrático liberal, sendo por isso contra a permanência dos militares no poder por meio da ditadura. Além disso, essa nova situação política afastava a alta classe média, já afastada do poder político, de sua aliança tradicional com a burguesia comercial interessada, agora, acima de tudo, na manutenção da ordem social.

A adesão da baixa classe média não foi diferente, apesar de ter outros motivos para tal. Atacada em seus interesses econômicos diretos pela política de concentração de renda, privadas de seus meios tradicionais de pressão, com a neutralização do sindicalismo médio, e em presença da anulação de outros elementos da legislação social populista, as baixas camadas médias caracterizariam a sua atuação política pelo apelo nostálgico à imagem do “Estado protetor” característico da fase populista.

Além de sofrer economicamente com o Estado militar, essas camadas perderam a esperança, jamais desmentida pelo “Estado populista”, de concretização do progresso do bem-estar social. Dessa forma, o apoio “popular” à política autoritária iria se restringir apenas a um setor ainda minoritário da camada média: a nova “classe média”, que apresentava certa simpatia ou conformação pelo regime autoritário. Em contraste com a “integração política” da fase anterior, a classe média passa, então, a enfrentar uma progressiva exclusão política, o que já permitiu definir o seu apoio à destruição do populismo como um suicídio político.

Tal fenômeno poderia ser explicado pelas características desmobilizadoras do novo sistema político, que em oposição ao populismo mobilizador do período precedente revela um “apolitismo” característico das Forças Armadas. Esse traço pode ser explicado pela própria ideologia militar de Segurança Nacional, criada no clima entre guerras, que defendia a existência de objetivos nacionais suprapolíticos.

Aqueles que acreditavam na ideologia de Segurança Nacional imaginavam que o uso da subversão interna pelo comunismo internacional crescia, sendo, portanto, necessária uma contenção nos moldes da Escola Superior de Guerra (ESG). Assim, o principal ideólogo da ESG se encarregara, ainda nos anos 50, de definir a importância das atividades estudantis, sob a ótica da segurança interna:

“A democracia ocidental não dispõe de recursos eficientes para combater a infiltração comunista, especialmente entre a juventude, posto que o respeito à consciência individual e à dignidade humana dificultam a repressão eficaz da atuação desagregadora da quinta-coluna soviética”. (Martins Filho, 1987, p.86)

Nesse contexto tem-se o meio estudantil como área potencial de subversão. Assim, a Lei Suplicy⁴ visaria estabelecer uma “contra-ofensiva preventiva” na universidade, antecipando-se à retomada das atividades políticas estudantis, através do controle de suas entidades o qual se manifestava na subordinação dessas à regulamentação do Estado, bem como a implantação do controle direto do Ministério da Educação sobre as atividades e contas dos organismos estudantis.

Vimos, assim, como as verbas recebidas pela UNE não comprometiam sua autonomia frente às políticas do governo populista, tendo assim suas eleições promovidas livremente com candidatos isentos de proibições ideológicas; não havendo vínculos orgânicos entre essas entidades e qualquer setor do Estado. Por outro lado, a luta contra a legislação autoritária representada pela Lei Suplicy, se configurou na motivação inicial para a reaglutinação política do movimento, durante o ano de 1965 criando-se, nesse quadro, as condições iniciais da gradativa influência da esquerda. Por fim, vale ressaltar que o movimento estudantil apresentou-se, nessa fase, ainda bastante desarticulado, em relação à intensa atividade do ano seguinte.

A luta contra a repressão policial foi o aspecto central das manifestações universitárias de 1966. Mal vieram à luz, os protestos estudantis, voltados inicialmente para os problemas educacionais, tiveram que se defrontar com intensa e imediata ofensiva policial-militar que

⁴ Lei patrocinada pelo ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda veta “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário” das entidades estudantis, que também estão proibidas de “incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.”

mudou o eixo das mobilizações para a solidariedade “interestudantil” e a veemente denúncia da repressão.

O AI-2 veio intensificar a militarização, que se fez acompanhar do reforçamento da política de Segurança Interna, na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional que definia uma Estratégia Psicossocial, voltada para as instituições da sociedade civil, dentre as quais se destacava a universidade. Em cada setor social, onde potencialmente estivessem presentes condições para surgimento de “óbices, antagonismos e pressões” contra a política do Estado caberia àquela estratégia avaliá-los para, então, definir o grau de coerção. (Martins Filho, 1987)

Apesar da intensificação da repressão, ainda podia-se chamar de envergonhada a ditadura, pelo menos até o momento em que o ex-ministro da guerra Costa e Silva assume a presidência em outubro de 1966. Esse era o candidato da chamada “linha-dura” do exército, que considerava o seu antecessor liberal demais.

Cedendo às pressões de seu grupo “linha-dura”, Costa e Silva baixa, em dezembro de 1968 o mais terrível ato institucional, o AI-5. A partir desse momento, seria inevitável o calar do movimento estudantil, bem como o de outros movimentos sociais. A repressão, a censura e a violência se tornaram ainda mais presentes e fortes, assim, restaram a luta armada e protestos implícitos em espaços artísticos e cotidianos.

Aqui, pode-se perceber que o período de 1964 a 1968 em relação aos outros dezesseis anos de ditadura vividos no Brasil não era tão desfavorável às manifestações estudantis, como pensado na questão levantada por esse trabalho. Grande parte da sociedade e dos estudantes era contra a ditadura, o que estimulava os protestos contra o sistema vigente, e os anos de governo Castelo Branco e Costa e Silva, este até o AI-5, apresentaram uma certa tolerância em relação aos estudantes, o que permitia tais manifestações.

A análise do movimento estudantil vai se centralizar na universidade, ainda envolvendo as aspirações da classe média e as influências do período. Os estudantes, no início dos anos sessenta, já haviam apresentado problemas na universidade, tais como: falta de equipamentos e instalações, falta de vagas nas escolas públicas, estrutura acadêmica baseada na cátedra vitalícia e o arcaísmo dos currículos, pouco adaptados às novas necessidades do desenvolvimento econômico do país. Com a implantação da ditadura militar tais problemas não encontraram solução, só foram agravados pela política educacional dos governos militares.

Com a concentração de recursos nas áreas diretamente produtivas, foram reduzidas drasticamente as dotações federais para o Ministério da Educação, que caíram de 11% para

7,7% do orçamento total da União (Martins Filho, 1987, p. 123). A crise da universidade volta à tona, em 1967, pelos constantes protestos dos “excedentes”. Esses estudantes, aprovados nos exames de vestibular não conseguiam entrar na universidade, devido a incapacidade das faculdades de absorver a crescente demanda.

A pressão das classes médias crescia, principalmente, por essa ter conhecido o contraste entre a política educacional do período populista e dos anos de ditadura. Em 1962, todos os índices de expansão escolar universitária atingiram seu ponto máximo, com o expressivo crescimento do número de vagas, redução do coeficiente inscrito/vaga e da porcentagem dos que não conseguiram a admissão na universidade.

Porém, após dois anos desse ápice, a conquista da classe média pelo acesso às faculdades seria ameaçada pela política educacional dos governos militares, que apresentaram à sociedade uma brusca guinada daqueles índices para a direção oposta.

Os excedentes cresciam assustadoramente, em 1967. Quando se buscou compensar essa tendência com um aumento de vagas de aproximadamente 35%, a crise já não poderia ser contornada. Os excedentes, de 1966-67, já tinham aumentado em 60,2% (Martins Filho, 1987, p.125). Assim, em 1967, eclodiram as greves universitárias em solidariedade aos excedentes ao lado da manifestação daqueles que pleiteavam mais vagas na universidade.

Com a promessa de “abertura” do governo Costa e Silva, procurou-se evidenciar uma mudança na disposição do regime militar frente aos estudantes. Assim, o Ministério da Educação e da Cultura recebeu a determinação de implementar convênios com as escolas superiores e fundações com a finalidade de abrir vagas de emergência, viabilizando transferências e outros expedientes.

Tais medidas foram consideradas pelo movimento estudantil como sendo demagógicas, provocando novos protestos. O fracasso delas levaria o movimento estudantil a retomar a crítica à organização da universidade brasileira, voltando, assim, com a bandeira da Reforma Universitária.

Em resposta à crescente pressão do movimento estudantil foi criado o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Reforma Universitária (GTRU), projeto governamental de modernização da universidade elaborado por um grupo de burocratas do Estado e intelectuais conservadores. Esse documento propunha uma reestruturação que visasse à sua racionalização interna, à economia de recursos e ao melhor aproveitamento das condições disponíveis.

Com o objetivo de resolver o problema dos excedentes, o referido relatório defendeu o vestibular unificado e classificatório. Além disso, sugeriu a matrícula por disciplina, a criação de um ciclo básico e a fragmentação do grau acadêmico, com a finalidade de dificultar a organização estudantil. Já a proposição de racionalização do ensino cumpria o objetivo de adaptar a universidade brasileira às novas necessidades do desenvolvimento capitalista, em sua fase monopolista.

Assim, a educação era enfocada como um pré-requisito para que se atingissem as metas do desenvolvimento econômico, devendo, portanto, se subordinar à economia. Com esse objetivo, o projeto do governo pretendia instrumentalizar a estrutura educacional modernizando-a, com a finalidade de formar mão-de-obra e tecnologia necessárias ao desenvolvimento do novo capitalismo brasileiro.

Além disso, as promessas de aumento das dotações de verbas, previstas no relatório do GTRU, não foram cumpridas, tendo em vista a necessidade de economizar recursos em áreas não diretamente produtivas. A Política Educacional do Governo acabou por se definir pela a progressiva privatização do ensino superior, a fim de atender a crescente demanda. Nesse momento ficara claro que Estado do pós-64, diferentemente dos governos populistas, não tinha intenção alguma de financiar a expansão do ensino superior, optando, então, pela privatização parcial do aparelho universitário.

Às forças internas, que pressionavam por tal racionalização da universidade, vieram acrescentar-se as propostas de organismos situados fora do país, principalmente, EUA, que forneceu subsídios à reforma autoritária. Nasceram aí os acordos MEC-USAID, realizados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development, organismo cuja ação visava à difusão ideológica do sistema capitalista, no período de Guerra Fria.

O projeto de reforma universitária “consentida” atacava frontalmente as reivindicações do movimento universitário da época, que pretendia uma ampla expansão das vagas nas universidades públicas e uma maior participação nas decisões internas das faculdades.

4 MOVIMENTO ESTUDANTIL: SUAS PERSPECTIVAS

A proposta inicial de comentar entrevistas feitas com estudantes universitários infelizmente não pôde ser plenamente realizada, já que não foi possível estudar metodologia de entrevista. Então, gravei duas conversas com esses alunos, que mesmo sem a observação de uma metodologia adequada, me possibilitaram apurar um pouco do que esperam e pensam do atual movimento estudantil.

Antes de comentar essas conversas utilizarei a obra “Juventude e Revolução: uma investigação sobre atitude revolucionária juvenil brasileira” de Hermes Zaneti, publicada em 2001, para analisar algumas características do perfil do jovem brasileiro.

Ao contrário do que nos diz o senso comum, os questionários feitos na pesquisa que deu origem à obra de Zaneti mostram os atuais jovens brasileiros nada alienados a sua realidade político-social, já que diante dessa, 95% dos jovens se revelam inconformados, sendo que 90% acreditam ter um bom motivo para trabalhar e lutar por revolução. As suas principais motivações seriam a “busca por país melhor” e a redução dos “problemas sociais”, que também motivaram os jovens dos anos sessenta.

Apesar de se mostrarem conscientes das questões sociais, os jovens revelam uma menor participação nas questões ligadas mais diretamente às lutas políticas. Isso poderia ser explicado pelo desgaste que vêm sofrendo as instituições políticas, os próprios representantes e seus partidos.

Outro aspecto interessante para a análise da mobilização estudantil é o conceito de revolução que os jovens carregam consigo e a expressão de sua atitude revolucionária. Apesar de não ficar claro, na obra, qual foi o conceito utilizado para definir atitude revolucionária, o autor revelou que 72% dos entrevistados têm atitude revolucionária, o que nos leva a questionar a idéia comum de que só existiam jovens revolucionários nos anos sessenta/setenta.

Cerca de 71% dos jovens inconformados com a realidade presente entendem a revolução como mudança e apenas uma pequena parte a entende como um meio violento de tomada do poder. Os que entendem revolução como mudança apresentam maior percentual de atitude revolucionária em relação à outra parcela. Nessa direção o autor conclui que há maior disposição para fazer revolução por mudanças sociais usando instrumentos democráticos. Entretanto, não ficou muito claro qual conceito de revolução ele utiliza ao falar de disposição revolucionária.

Tendo como base as características do jovem apresentadas acima, comentarei as gravações feitas com os atuais universitários.

Os alunos foram perguntados sobre a existência de representações estudantis dentro de suas respectivas universidades. O estudante de medicina da universidade Gama Filho, instituição privada de ensino, falou sobre duas organizações representativas: um Diretório Estudantil Central que trata de assuntos pertinentes à universidade em geral, mas que não apresenta claramente para o aluno suas formas de atuação e outra mais restrita ao seu curso que seria o Centro Acadêmico de Medicina (CAMED), que promove, principalmente, simpósios e congressos sobre assuntos relativos, mais especificamente, à área do curso biomédico, além de festas.

Quando perguntei sua opinião sobre o atual movimento estudantil ele disse que esse pelo meio universitário aparece pouco nas ruas e suas causas parecem não unir o meio universitário como um todo, assim, tem-se mobilização da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) ou da UFF (Universidade Federal Fluminense), não dos estudantes universitários. Os estudantes às vezes se apresentam mais solidários às suas instituições de ensino do que à sua categoria. O que nos induz a pensar que o meio universitário está mal articulado. Os estudantes de diferentes universidades não estão unidos por suas causas em comum, que já existem e estão expressas, por exemplo, nas lutas da UNE, como a Reforma Universitária.

Dessa forma, o leitor pode pensar que o meio está articulado sim, tendo na UNE a liderança da luta dos estudantes pelas causas gerais das quais falei. No entanto, como o estudante mesmo revelou, essa entidade não está tão presente no cotidiano das universidades. Dizendo ver mais a presença da UNE em organizações de festas, principalmente de universidades públicas, e na confecção de carteiras para meia-entrada em casas de cultura e lazer. Assim, é possível concluir que há pouca articulação política entre os estudantes e sua maior representante: a UNE.

Segui perguntando sobre suas perspectivas, ele se apresentando otimista, disse esperar que o movimento estudantil acorde, mostrando sua força e, se possível, dando o impulso para a sociedade brasileira iniciar sua revolução, buscando eliminar, ou reduzir, seus atuais problemas como violência, corrupção e profunda desigualdade social. Perguntei, então, o que ele achava da sua própria participação. Ele disse que busca estar informado sobre as reivindicações e sobre as manifestações (local, data, hora), pois procura participar tanto das manifestações quanto das organizações representativas, mesmo que não atuem satisfatoriamente.

O outro estudante cursa história na Universidade Federal do Rio de Janeiro e relatou a existência de um grêmio composto por alunos militantes dos partidos: Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU). Acrescentou que as chapas montadas para eleição do grêmio possuem integrantes apenas de um dos partidos, que são opositores em muitas questões, mas o grêmio acaba sendo constituído por representantes tanto do PC do B quanto do PSTU, pois as eleições são proporcionais. Entretanto, esse grêmio não representaria muito a mobilização estudantil, no momento em que as passeatas, como informou o estudante, são promovidas e pensadas pelos referidos partidos. A representação estudantil, assim, passa a ser uma representação partidária, onde as causas dos partidos ficam “travestidas” de causas estudantis.

Concluiu seu raciocínio dando sua opinião sobre o atual movimento estudantil dizendo achá-lo, por isso, muito controlado. O que seria bastante compreensível, já que as manifestações estudantis não expressam as insatisfações do meio universitário Acrescenta que as mobilizações estudantis ou ocorrem lideradas pela UNE ou por esses partidos.

Relata que o grêmio de sua faculdade se posiciona quase sempre, contra a UNE, por essa defender alguns aspectos da Reforma Universitária considerados ruins por esse grêmio, explicando ainda que esse possui uma postura muito radical, diferentemente da UNE, o que para o aluno pode, possivelmente, ser explicado pela maioria do grêmio ser filiada ao PSTU, considerado pelo senso comum como radical.

Segundo o estudante, os representantes do PSTU são completamente contra o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudos aos alunos cuja família tenha renda total inferior a um salário mínimo e meio e tenham cursado todo ensino médio em escola pública, permitindo o acesso desses alunos à universidade privada. O grêmio justifica essa postura no fato da educação ser um direito do cidadão, devendo, portanto, ser completamente público.

O estudante não discorda do PSTU em relação ao caráter público que deveria estar presente em todo ensino superior, embora não considere a questão tão urgente quanto a situação do ensino fundamental que envolve uma grande rede de escolas particulares e revela na rede pública um ensino deficiente. O aluno chega a falar que assim os alunos do PSTU lutam por uma utopia. Quando diz isso pode-se pensar em algo irrealizável. Considerando a questão do caráter público de todo o ensino superior pode-se defender essa possibilidade mesmo que não seja alcançável de imediato.

Quando perguntado sobre o que esperava do movimento estudantil não foi muito otimista, dizendo que o país precisa hoje de movimentos sociais que causem impacto na sociedade que assim daria uma guinada em busca de mudanças, mas não acredita que o movimento estudantil possa produzir esse impacto. Explica dizendo que o movimento estudantil hoje não tem tanta força, pois se apresenta para o meio estudantil como algo secundário, ou seja, não se constitui como prioridade para os próprios estudantes, assim como para ele.

Ambos os estudantes declaram não se sentir representados pelas respectivas organizações estudantis, o que pode revelar uma desarticulação entre os estudantes e seus representantes ou até uma divergência de ponto de vista entre os mesmos. Amplio essa idéia, penso que há desarticulação entre os estudantes, não só em termos de organização e manifestações, mas também no plano das idéias.

Nessa perspectiva, o estudante da universidade particular Gama Filho ressaltou a possível discriminação por parte dos estudantes das universidades públicas, fato esse que poderia contribuir para essa pouca integração entre os estudantes de diferentes universidades.

A maior divergência entre os entrevistados foi apresentada quando perguntei sobre suas perspectivas. Enquanto o primeiro espera do movimento estudantil um impulso para a sociedade brasileira buscar soluções para os seus problemas, o outro não espera uma ação significativa partindo do movimento estudantil, mas acredita que esse não deixará de questionar a realidade em que vivem os alunos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho permitiu um aprendizado para além do tema proposto, principalmente, ao exigir escolhas durante todo o percurso de estudo, o que já foi um desafio. Debruçar sobre livros e selecionar dentre o vasto campo da política e cultura alguns aspectos para o estudo do tema, escrever e reescrever para que as idéias ficassem claras, reconhecer os limites de trabalho impostos pelo tempo, como foi com as entrevistas que acabaram em gravações, todas as dificuldades que um trabalho de pesquisa envolve e que até então não conhecia.

Para fazer a primeira parte do trabalho foi necessária a leitura de alguns livros de história. Nesse momento estudei história geral focando mais na Guerra Fria e no fenômeno da cultura jovem. O estudo sobre a Guerra Fria fez-se necessário por que traz como uma das principais características a divisão do mundo em áreas de influências.

O desdobramento dessa polarização considerado mais importante para esse trabalho foi a implantação de ditaduras militares de direita na América Latina, que ocorreram com o apoio dos EUA. O Brasil não sendo exceção, terá no período estudado 1964-68 fortes influências dessa guerra na sua política nacional.

O estudo da cultura jovem permitiu entender melhor os jovens da década de sessenta. Esses adquiriram não só um padrão comportamental singular como também um reconhecimento como agente social até então não visto. Essa importância social foi revelada, principalmente, nos movimentos estudantis, cada vez mais presentes nas ruas, que se apresentaram explosivos e significativamente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político.

Quando peguei a história do Brasil fiz um estudo desde a Era Vargas, mas para contextualizar o movimento estudantil no período 1964-68 foram selecionadas as análises sobre a cultura jovem brasileira, os períodos em que a UNE exerceu maior atuação ou influência, os primeiros quatro anos da ditadura e o golpe que a instaurou.

Foi possível perceber que a força da UNE e do movimento estudantil não teve sua origem nos difíceis anos da ditadura, mas desde o surgimento da entidade. Já com o estudo da cultura jovem no Brasil pude perceber que os jovens dos anos sessenta apresentavam em suas manifestações políticas e culturais um romantismo revolucionário. Atribuindo, assim, um certo caráter impulsivo proporcionado pela aposta na ação em detrimento da teoria. A atmosfera cultural e política da época foi influenciada por outras características desse

romantismo tais como: liberação sexual, desejo de renovação, ânsia de viver o momento, fruição da vida boêmia, que estarão expressas, por exemplo, na moda e na música.

Para estudar o movimento estudantil busquei entender a possível relação entre a classe média e o movimento estudantil. Isso por que essa classe social compunha a maioria dos estudantes que buscava o acesso às universidades ou já estava nela. Assim, busquei conhecer as aspirações da classe média desde os anos cinquenta até 1968 e as reivindicações do meio estudantil nesse mesmo período. O que permitiu conhecer e entender a UNE elitista dos anos cinquenta e, por consequência, questionar o mito: de que os estudantes estariam, sempre, ao lado povo.

Entretanto, só foi possível compreender a mudança na orientação da entidade e da maioria dos estudantes quando foram estudados os contextos político e cultural, que envolveram não só os jovens, mas também a classe média brasileira.

No terceiro capítulo do trabalho não pude concretizar a proposta de fazer e comentar entrevistas, por que me faltou tempo para estudar metodologia de entrevista. Entretanto, segui com gravações, que mesmo sem caráter de entrevista, permitiram apurar um pouco do que os estudantes, que conversaram comigo, pensam e esperam do atual movimento estudantil. Antes de apresentar as gravações estudei algumas características do perfil do atual jovem brasileiro com base na pesquisa de Hermes Zaneti sobre juventude e revolução.

Assim, pude perceber outro problema no senso comum, que insiste em chamar a juventude de hoje de alienada e inerte. Os questionários feitos para pesquisa de Zaneti mostraram que os atuais jovens não só estão inconformados com a realidade em que vivem, como também acreditam numa revolução, capaz de alterar a atual situação. Com as gravações pude perceber que ambos os estudantes eram críticos e até, de certa forma, engajados, mas não tão presentes nas representações e mobilizações estudantis.

Os estudantes apontaram diferentes problemas da atual mobilização estudantil. O nítido caráter partidário de algumas representações e mobilizações estudantis, talvez, explique a pequena participação dos estudantes, já que tanto as instituições políticas quanto os políticos e seus partidos vem sofrendo com enorme desgaste.

A desarticulação entre estudantes de diferentes universidades e entre esses e suas representações também pode ser considerada uma hipótese para o relativo refluxo do movimento estudantil.

Isso por que há menor incentivo para a participação estudantil quando a causa não é formulada pelas necessidades do meio universitário, e quando as causas são universitárias em geral não há integração entre os estudantes que permita, por exemplo, a organização de uma passeata, que inclua maior parte desses universitários numa luta essencialmente deles.

Assim, pude continuar com minha esperança de encontrar hoje movimento estudantil, pois mesmo que os estudantes não estejam nas ruas constituindo uma massa mobilizada, continuam críticos e com o desejo de lutar para melhorar sua realidade social que ao exclui o universo educacional.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: a incrível saga de um país.** São Paulo, Ed. Ática, 2003.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo, Ed. Edusp, 2001.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2006.
- JORNAL DO BRASIL: jornal do século, **Beatles são os reis da parada de sucessos.** Rio de Janeiro, 2001.
- JORNAL DO BRASIL: jornal do século, **Costa e Silva é eleito sob protestos.** Rio de Janeiro, 2001.
- JORNAL DO BRASIL: jornal do século, **Mary Quant lança moda da minissaia.** Rio de Janeiro, 2001.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968.** São Paulo, Papyrus, 1987.
- ZENETI, Hermes. **Juventude revolução: uma investigação sobre atitude revolucionária no Brasil.** Ed. Endunb, Brasília, 2001.